

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.408.527 - SP (2018/0319925-7)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
AGRAVANTE : JEAN DAVID DE SOUZA VIEIRA (PRESO)
ADVOGADO : VALMIR ERNESTO - SP232438
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por JEAN DAVID DE SOUZA VIEIRA contra decisão proferida pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que não admitiu seu apelo nobre.

Depreende-se dos autos que o agravante foi condenado à pena de 15 (quinze) anos, 4 (quatro) meses e 26 (vinte e seis) dias de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso nas sanções dos artigos 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/06.

No julgamento da apelação, o tribunal de origem deu provimento parcial ao recurso da defesa, a fim de redimensionar a reprimenda para 12 (doze) anos, 5 (cinco) meses e 29 (vinte e nove) dias de reclusão, mantendo-se, no mais, a sentença condenatória.

Interposto recurso especial, este não foi admitido pela Instância de origem, ensejando a presente insurgência, na qual o agravante sustenta que o óbice indicado na decisão objurgada não incidiu *in casu*.

Requer o acolhimento do agravo a fim de que seja admitido e provido o apelo raro.

O MPF, às fls. 759-766, manifestou-se pelo desprovimento do recurso.

É o relatório.

No recurso, pretende o recorrente, em síntese, a absolvição dos crimes de tráfico e associação, por inexistirem provas suficientes para corroborarem com sua condenação.

A par dos fundamentos declinados pelo Tribunal de origem por ocasião do juízo de admissibilidade provisório ali realizado, constata-se que, de fato, o recurso especial interposto não merece seguimento.

Com efeito, no que concerne ao pedido absolutório, o Tribunal *a quo*, ao julgar o apelo, expendeu (e-STJ fls. 613-615):

"Portanto, as circunstâncias em que ocorreram a apreensão da substância entorpecente materialmente comprovada nos autos, corroboradas pelos depoimentos altamente comprometedores dos policiais civis e as demais provas indiciárias, demonstram, de modo inequívoco, que Jean David de Souza Vieira tinha em depósito e guardava, ilegalmente, a "cocaína", para o fim do nefasto comércio. A sua conduta comprova e caracteriza de forma inequívoca o tráfico de drogas.

Não se exige, para tanto, que haja prova concreta da mercancia, sendo suficiente a presença de elementos dos quais se possam inferir a sua ocorrência. Em outras palavras, o tráfico ficou bem provado e configurado.

Enfim, como destacado na denúncia e acolhido na sentença, tinha em depósito e guardava, ilegalmente, a droga mencionada e isso basta para reconhecer a traficância.

Como já decidido, iterativamente, o tráfico é infração que se integra através de várias fases sucessivas, articuladas entre si, havendo suficiência, para a sua configuração, da presença de qualquer das fases (RJTJESP 107/454), bem como, o depósito e a guarda, ilegais, para entrega a terceiro para consumo, constitui modalidade equiparada à traficância (RJTJESP 119/468). No caso em questão ficou claro pela prova colhida no processo que o apelante tinha em depósito e guardava, ilegalmente, o tóxico para comercialização. Como é cediço, o tráfico de drogas é crime de natureza permanente e a qualquer momento os seus autores estão sujeitos à prisão em flagrante.

Nesse ponto, em conformidade com o decidido pela Magistrada, não merece reparo a sentença na questão relativa à natureza da associação estabelecida entre Nilson Carolino Dias e Jean David de Souza Vieira. Todas as circunstâncias retratadas nos autos apontam suas decisivas participações no exercício do narcotráfico, pois mantinham uma associação habitual e estável para tal prática. A investigação detalhada, de fls. 69/81, executada pelos policiais civis, demonstrara a existência de uma forte ligação entre eles, com caráter de estabilidade e permanência, e havia uma razoável organização a uni-los no exercício da espúria mercancia. Existia, portanto, mais do que simples coautoria a agregá-los, o que não justifica uma absolvição da prática do crime previsto no artigo 35 da Lei nº 11.343/06. Ressalta-se que Jean trazia o entorpecente e o entregava a Nilson, que o mantinha em depósito e o guardava no matagal próximo de sua casa. Como bem analisou a Juíza Sentenciante à fl. 470: "E a associação de Nilson e o acusado para a prática do tráfico de drogas também restou comprovada pela dinâmica dos fatos que revelou a existência do vínculo entre eles. Jean trazia a droga para Nilson, e este mantinha em depósito no matagal ao lado da sua residência, a revelar divisão de tarefas na empreitada criminosa". Assim, correta a condenação no crime de associação para o tráfico."

Com efeito, da análise ao aresto vergastado, infere-se que a Corte de origem, após o reexame dos elementos coligidos no curso da instrução criminal, ratificando a decisão de piso, assentou pela existência, nos autos, de provas aptas e concludentes para fundamentar a condenação do recorrente pela conduta descrita nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/06.

Note-se que é assente nesta Corte o entendimento segundo o qual "cabe

ao aplicador da lei, em instância ordinária, fazer um cotejo fático e probatório a fim de analisar a existência de provas suficientes a embasar o decreto condenatório, ou a ensejar a absolvição, porquanto é vedado, na via eleita, o reexame de provas, conforme disciplina o enunciado 7 da Súmula desta Corte". (EDcl no AREsp 771.666/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 02/02/2016).

Desse modo, admitir o recurso por suposta contrariedade à lei federal, no intuito de modificar as conclusões da competente instância revisora, para abrigar o pleito defensivo de absolvição por insuficiência de provas, não encontra espaço na via eleita, porquanto demandaria a este Sodalício imprescindível revolvimento do material fático-probatório, providência exclusiva das instâncias ordinárias, sabidamente incabível em sede de recurso especial, conforme já assentado pelo Enunciado n.º 7 da Súmula desta Corte.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTOS QUALIFICADOS CONSUMADOS E TENTADOS (ART. 155, § 4º, I E II, C/C O ART. 14, II, DO CP). CAIXAS ELETRÔNICOS. INÉPCIA DA DENÚNCIA. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO ABSOLUTÓRIA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(...)

3. *Verificar a ausência ou insuficiência das provas para a condenação, considerando as afirmações do acórdão em sentido contrário, demandaria ampla e demorada incursão no acervo fático-probatório carreado aos autos, providência inadmissível na via eleita, nos termos da Súmula 7/STJ, segundo pacífica orientação da jurisprudência desta Corte.*

4. Agravo Regimental desprovido. (AgRg nos EDcl no AREsp 843.975/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 28/06/2016, DJe 01/08/2016 - grifou-se)

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO. ACÓRDÃO RECORRIDO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. NULIDADES. RECONHECIMENTO PESSOAL EM SEDE POLICIAL. INOBSERVÂNCIA DAS FORMALIDADES LEGAIS. NÃO CORROBORAÇÃO POR OUTROS ELEMENTOS DE PROVA. ANÁLISE. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. INDEFERIMENTO DA PRODUÇÃO DE PROVA PELA DEFESA. AUSÊNCIA DE PROVAS PARA EMBASAR A CONDENAÇÃO. AFERIÇÃO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DOSIMETRIA. TERCEIRA FASE. MAJORANTES. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PATAMAR DE 5/12. RAZOABILIDADE.

(...)

3. *O exame do pedido de absolvição por ausência de provas, por ofensa aos arts. 156 e 386, VII, do Código de Processo Penal, também demandaria o revolvimento de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, por força da já mencionada Súmula 7/STJ.*

(...)

7. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1476817/SC, Rel.

Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 16/02/2016, DJe 25/02/2016 - grifou-se)

PENAL. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO DUPLAMENTE CIRCUNSTANCIADO. ABSOLVIÇÃO POR FALTA DE PROVAS. PROVAS EXTRAJUDICIAIS CORROBORADAS EM JUÍZO. DECLASSIFICAÇÃO PARA FURTO QUALIFICADO. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. DOSIMETRIA. DESLOCAMENTO DE CAUSA DE AUMENTO PARA EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Afastar a condenação imposta pelas instâncias ordinárias para absolver o agravante por insuficiência de provas de autoria demanda o reexame do caderno fático-probatório dos autos, o que é vedado conforme Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.

(...)

5. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 580.698/DF, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 04/08/2015, DJe 18/08/2015 – grifou-se)

PENAL E PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FURTO QUALIFICADO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVAS DA AUTORIA DELITIVA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ.

1. A reforma do acórdão recorrido, notadamente no que se refere à autoria do crime imputado ao agravante, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, o que é inviável no âmbito do recurso especial, em razão do óbice previsto na Súmula 7 desta Corte.

2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 727.171/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 17/11/2015, DJe 27/11/2015)

Finalmente, quanto ao pleito fundado na alínea *c* do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, o recurso especial não merece ser admitido uma vez que não restou demonstrado pelo recorrente o dissídio jurisprudencial de acordo com os requisitos exigidos pelo art. 255 do RISTJ.

Por tais razões, afigurando-se inadmissível o apelo nobre, **conhece-se do agravo para não conhecer o recurso especial**, nos termos do artigo 34, VII, combinado com o artigo 253, parágrafo único, inciso II, alínea *a*, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator